Revista

ADUNESP

Seção Sindical do Andes/SN - Agosto 2007

Adunesp 30 anos de lutas!

Uma história forjada na resistência ao neoliberalismo e na luta em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada

Expediente

Publicação da Associação dos Docentes da Unesp
Adunesp Seção Sindical

Diretoria: Milton Vieira do Prado Júnior (*presidente*), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (*vice-presidente*), João da Costa Chaves Júnior (*secretário-geral*), Maria Aparecida Segatto Muranaka (*vice-secretária*), Emanuel Rocha Woiski (*tesoureiro-geral*) e Carlos Alberto Anaruma (*vice-tesoureiro*).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fones (11) 3242-7080 e 3242-0125.

Home page: www.adunesp.org.br
E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458)
Secretaria e distribuição: Juliana Breda
Impressão: Gráfica Aeroaduana(Fone 14-3214-1598)
Tiragem: 2.000 exemplares

Editorial

E já se passaram 30 anos...

A luta pelos direitos da categoria, dos específicos aos mais gerais, pela democratização das estruturas de poder da Universidade e contra o projeto neoliberal na educação, tão em voga no final do século passado e no início deste, deu o tom nestes 30 anos de existência da Associação dos Docentes da Unesp, completados em 2006.

Entre altos e baixos, vitórias e decepções... a resistência sempre esteve presente. Os docentes da terceira universidade pública criada em São Paulo nunca se acovardaram. Desde a luta contra o fechamento de cursos e transferências forçadas, em 1976, passando pelas eleições a reitor, em 1984, a redação de novos estatutos, entre 1985 e 88, as conquistas na LDO em 1996, a reação aos ataques da trupe tucana no governo federal e estadual nos anos 90, as históricas greves de 2000 e 2004, a reação vigorosa às reformas neoliberais de Lula, o combate aos decretos de Serra contra a autonomia... a categoria nunca se colocou como agente passivo.

A Universidade que temos hoje, com seus avanços e retrocessos, é produto da intervenção ativa da comunidade acadêmica. E o muito que ainda temos a conquistar também o será.

A Adunesp, eixo ao redor do qual os docentes se organizaram e lutaram nestes anos todos, chega a 2007 cumprindo o mesmo papel que a destaca no movimento sindical combativo do país desde a sua criação. O processo de precarização do trabalho e de privatização interna das universidades públicas, gerado pelas políticas de governo e reproduzido pelas administrações destas instituições, procura aprofundar o modelo privado de educação. Hoje, diferente dos primeiros anos, os desafios são outros e passam pela construção de uma nova direção para as lutas dos trabalhadores, diante da cooptação da CUT pelo governo Lula. Passam, ainda, pelo fortalecimento de uma saída coletiva para os problemas, na contramão do individualismo estimulado pela onda neoliberal.

Em 1996, a Adunesp publicou uma revista especial, resgatando os primeiros 20 anos de vida da entidade, seus pioneiros, sua batalha pela estruturação material e política e suas grandes lutas.

Em 2007, uma nova revista especial, desta vez marcando os 30 anos da Associação, procura mostrar os fatos marcantes da última década. Pela importância na história da categoria e da Universidade, embora não faça parte da terceira década de vida da entidade, o ano de 2007 entra na cronologia descrita.

Em sua primeira parte, a revista resgata a história de 1996 aos dias de hoje. Dividida em capítulos, o primeiro deles – ***"De Serra a FHC, a história de trás para a frente"*** – demonstra como a conjuntura atual é produto do mesmo projeto político implantado no país nos anos 90.

O capítulo 2 intitula-se ***"Um furacão chamado Trindade"***, em referência ao reitor que dirigiu a Universidade entre 2001 e 2004, avocando para si a implantação de uma nova etapa da política neoliberal para a educação: a expansão sem verbas.

O capítulo 3 resgata ***"As greves e manifestações que marcaram a Adunesp de 1996 a 2007"***. O seguinte é dedicado a ***"Lula e a cartilha do neoliberalismo – Um passo além de FHC***" e destaca as reformas constitucionais, seu impacto sobre a educação e a vida dos docentes.

O capítulo final – ***"Do individualismo à construção do coletivo, a perspectiva é o caminho da luta"*** conclui a reportagem apontando os desafios que se colocam à frente da Adunesp.

A revista dos 30 anos traz, também, duas entrevistas (com Paulo Rizzo, presidente do Andes, e José Maria de Almeida, da Conlutas), além de um conjunto de artigos, que abordam temas da atualidade: financiamento, autonomia universitária, relação Adunesp/Andes, políticas públicas sobre o neoliberalismo.

Boa leitura! Que estejamos juntos, na luta, nos anos que virão!

Índice

CAPÍTULO 1
De Serra a FHC, a história de trás para a frente 5

CAPÍTULO 2
Um furacão chamado Trindade 9

CAPÍTULO 3
As greves e manifestações que marcaram a Adunesp de 1996 a 2007 14

CAPÍTULO 4
Lula e a cartilha do neoliberalismo – Um passo além de FHC 20

FINAL
Do individualismo à construção do coletivo, a perspectiva é o caminho da luta 23

ENTREVISTAS
"Filiação do Andes à Conlutas fortalece o movimento docente" 26
Com Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN

"Segundo mandato de Lula exigirá mais reação dos trabalhadores" 27
Com José Maria de Almeida, da Conlutas

ARTIGOS
A autonomia universitária em risco 29
Sueli Guadelupe de Lima Mendonça

As universidades estaduais paulistas e a necessidade da ampliação do financiamento público no ensino, pesquisa e extensão 35
Milton Vieira do Prado Júnior

Autônomo e de luta: Adunesp - Seção Sindical do Andes Sindicato Nacional 40
Antônio Luís de Andrade (Tato)

Políticas públicas sob o neoliberalismo? 43
Edmundo Fernandes Dias

Da esq. p/ a dir., três momentos de luta contra a política tucana: Marcha dos 100 Mil, em Brasília, em 1999; protesto contra o projeto de reforma da Previdência de Covas, também em 1999; luta contra os decretos de Serra, em 2007

CAPÍTULO 1

De Serra a FHC, a história de trás para frente

A onda neoliberal que inundou a década de 90 estabeleceu um novo projeto para a educação nos países pobres e teve no PSDB seu grande artífice

1º de janeiro de 2007. A posse do governador José Serra marca o início do quarto mandato do PSDB à frente do maior estado do país. Para as universidades públicas paulistas, começa um período de incertezas e até de surpresa com a força da investida que vem do Palácio dos Bandeirantes.

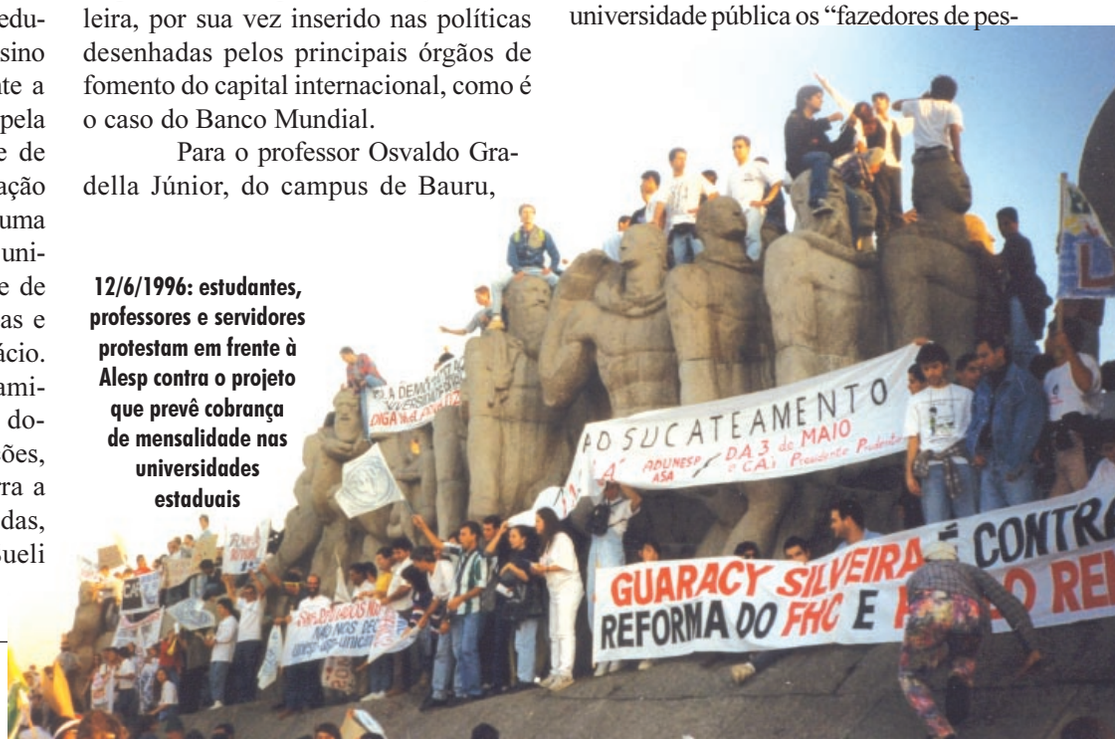
Logo nos primeiros dias de mandato, uma série de decretos expõe uma nova etapa no projeto tucano para a educação pública, em especial para o ensino superior. Comprometendo diretamente a autonomia universitária, conquistada pela comunidade universitária na greve de 1989, os decretos fragmentam a educação em diversas secretarias e propõem uma intervenção direta do Executivo nas universidades, inclusive com o controle de seus gastos, remanejamento de verbas e demais decisões diretamente pelo Palácio.

Mas uma pedra surge no caminho. A forte reação dos estudantes, docentes e servidores, com suas ocupações, greves e manifestações, obriga Serra a recuar e a esvaziar parte das medidas, como mostra artigo da professora Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, nas páginas 29 a 34, intitulado "*A autonomia em risco*".

Começar o resgate da história da Adunesp na última década por estes fatos, que se encaixam exatamente no fim da cronologia que esta publicação mostra, tem um propósito. Serra e seus decretos não surgiram como raio em céu de brigadeiro. Eles se inscrevem num projeto mais amplo do PSDB para a educação brasileira, por sua vez inserido nas políticas desenhadas pelos principais órgãos de fomento do capital internacional, como é o caso do Banco Mundial.

Para o professor Osvaldo Gradella Júnior, do campus de Bauru, membro da diretoria da Adunesp em 94-96 e em 2003-05, trata-se de um projeto de privatização da universidade pública, expresso na constante precarização das condições de ensino, pesquisa e extensão e na mercantilização da produção científica imposta pelos órgãos de fomento. "O produtivismo, que tenta cada vez mais nos espremer contra a parede, é um dos elementos norteadores desse projeto", considera. Gradella enfatiza que os decretos de Serra "são uma demonstração cabal dessa intencionalidade".

Antônio Luís de Andrade (Tato), do campus de Presidente Prudente e presidente da Adunesp nas gestões 96-98 e 2001-03, diz que esta política incentiva na universidade pública os "fazedores de pes-



12/6/1996: estudantes, professores e servidores protestam em frente à Alesp contra o projeto que prevê cobrança de mensalidade nas universidades estaduais

Manifestação em frente à Alesp em 1996: luta por mais verbas e contra a cobrança de mensalidades

quisas irrelevantes, de *papers* e artigos que só servem para ranquear e que pouco contribuem para o desenvolvimento auto-sustentável da nação, da nossa ciência e tecnologia e da própria universidade".

De volta ao futuro

Um salto no tempo. Agora, o ano é 1996. Estamos no meio do primeiro mandato do ainda fortalecido Fernando Henrique Cardoso. O ministro do Planejamento e Orçamento atende pelo nome de José Serra, pasta que seria trocada pela Saúde nos anos de 1998 a 2002. O titular da Educação é Paulo Renato Souza.

Enquanto o país assiste a um leilão de votos que terminaria na aprovação da reeleição pelo Congresso Nacional, sob encomenda expressa do Planalto, é na economia e na educação que as medidas mais ousadas se desenrolam.

Na economia, a burguesia nacional divide-se entre o apoio e a crítica velada ao Plano Real. Em sua edição de março/97, o ***Adunesp Informa*** aponta: "Frações importantes do empresariado estão descontentes com o favorecimento às empresas estrangeiras, que conseguem escoar seus produtos no Brasil com baixos preços, graças à desvalorização do dólar. Já os exportadores brasileiros, pelo mesmo motivo, reclamam que seus produtos ficam caros no mercado externo". Esse setor, representado pelo então PPB de Paulo Maluf, setores do PMDB e outros, pede mudanças no Plano Real. Em defesa da continuidade da política tucana, falam o PSDB, o então PFL etc. A vitória destes últimos, expressa na aprovação da emenda da reeleição, só sofrerá abalos no início do segundo mandato de FHC, em 1999, quando o real é desvalorizado.

Enquanto a economia debate o Plano Real, o MEC adota medidas polêmicas. Têm início o processo de avaliação das universidades, com a instituição do Exame Nacional de Cursos, o "Provão". A intenção inicial, de penalizar as universidades públicas com diminuição de verbas a partir de possíveis maus resultados, sofre um abalo. Organizados pela UNE, mais de 50% dos estudantes entregam as provas em branco e, entre os que participam efetivamente, os resultados obtidos pelas instituições públicas são, de longe, superiores aos das privadas.

As investidas do governo FHC contra a educação, em geral, e o ensino superior, em particular, respondem à cartilha ditada pelo Banco Mundial: avaliação produtivista, privatização por dentro – começam a se consolidar as fundações de "apoio" –, expansão da oferta de vagas por meio da ampliação da rede privada de ensino. De acordo com dados do Censo de Educação Superior do MEC, o número de instituições privadas de ensino superior aumentou 111% nos oito anos de governo FHC. Esse ritmo de crescimento prosseguiria no governo Lula, mas em menor escala.

A investida tucana contra o ensino superior responde à cartilha do Banco Mundial: avaliação produtivista, privatização e expansão sem qualidade

O ministro Paulo Renato também se notabilizaria, neste período, por ataques diretos aos docentes universitários. Talvez inspirado em seus tempos de professor na Unicamp, ele chega a declarar: "Não conheço nenhum professor que dê mais de seis horas de aula por semana, embora ganhe por 40 horas" (*Folha de S. Paulo*, 29/11/96).

O início do primeiro mandato tucano também marca os passos iniciais nas reformas administrativa (cuja meta principal era acabar com a estabilidade do servidor público), trabalhista e previdenciária no país. Em grande medida, as pretensões do PSDB são barradas pela reação popular e, ironicamente, pela oposição petista no Congresso Nacional. No governo seguinte a FHC, muitas destas iniciativas seriam retomadas, desta vez com êxito, pelo presidente Lula.

Retrato do Brasil

O estado de São Paulo, que em 96 era governado por Mário Covas, procura reproduzir a política do governo FHC. Em novembro daquele ano, após intensa mobilização dos bancários, o Banespa é privatizado e entregue ao espanhol Santander.

Manifestação no campus de Bauru, em 1996

É também em 1996 que os tucanos tentam desferir um golpe pesado contra as universidades. No meio dos debates sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp), o deputado Vaz de Lima apresenta uma emenda propondo a cobrança de mensalidades nas universidades estaduais paulistas. A reivindicação apresentada pelo Fórum das Seis – já consolidado como espaço de organização e reivindicação dos docentes e servidores da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza – é de aumento do repasse do ICMS de 9,57% para 11% para as universidades e dotação de 2% para o Centro.

Docentes, servidores e estudantes protagonizam uma forte greve, iniciada em 27 de maio e encerrada no final de junho, que une as reivindicações da database ("maio/95 + 18%) com a bandeira de mais verbas e contra a emenda Vaz de Lima. Pela primeira vez na história, a greve consegue a adesão massiva dos servidores da reitoria da Unesp. No entanto, o movimento esbarra na intransigência do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), que fecha questão em torno de 7,63% de reposição. Na Alesp, a bancada governista recua e retira a emenda Vaz de Lima, bem como o artigo da LDO que mantinha o repasse às universidades congelado com os mesmos valores do ano anterior.

"Estes senhores vão entrar para a história", acusa manchete do ***Adunesp Informa*** de julho/96, referindo-se aos reitores da Unesp, USP e Unicamp, respectivamente Arthur Roquete de Macedo, Flávio Fava de Moraes e José Martins Filho. Embora o Conselho Universitário (CO) da Unesp tivesse aprovado a reivindicação de 11% do ICMS, Macedo não a defende na Alesp, declarando que os 9,57% são suficientes.

Vem a nova LDB

A aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada pelo presidente Fernando Henrique em dezembro de 96, inicia um novo capítulo nas relações de poder dentro das universidades públicas do país.

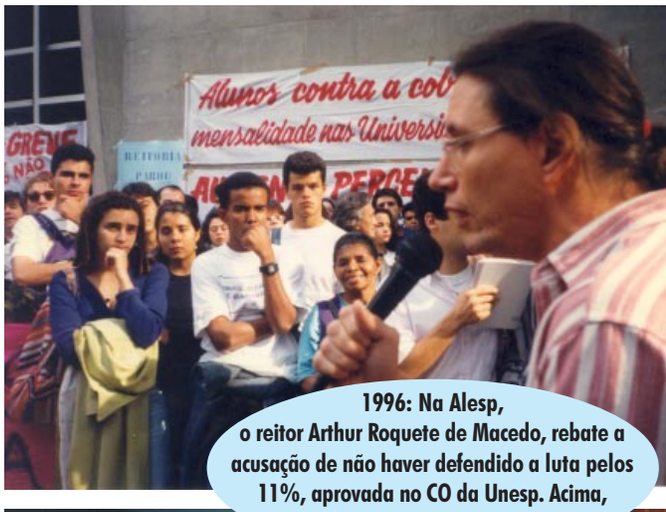
A LDB reproduz praticamente a íntegra das propostas apresentadas pelo senador Darcy Ribeiro (PDT/RJ), que substituem um processo de debates de cerca de oito anos entre dezenas de entidades representativas, coordenadas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Uma das medidas presentes na nova LDB é o peso diferenciado entre os três segmentos na estrutura de poder das universidades, conferindo 70% da representatividade aos docentes, 15% aos servidores e 15% aos estudantes.

Embora a autonomia universitária, consagrada na Constituição Federal, garantisse às universidades públicas a prerrogativa de definir seus estatutos, a ala conservadora destas instituições aproveita a brecha criada pela LDB e põe fim à paridade. A Unesp é uma delas. A eleição do reitor Antônio Manoel dos Santos Silva, em novembro de 96, que vence a disputa contra os professores Vagner José Oliva e José Carlos Souza Trindade, é a última realizada sob a paridade. Ainda que a decisão final coubesse ao governador do estado, assim como ocorre até hoje, a consulta paritária aos três segmentos era, indiscutivelmente, mais democrática do que a forma adotada a partir das eleições seguintes.

Balançam os pilares do "deus" mercado... e das universidades

As crises enfrentadas pelo Plano Real em 1997 e 1998 afetam diretamente as universidades estaduais paulistas. No final de 97, a queda das bolsas de valores asiáticas faz tremer a economia mundial e o governo FHC reage com novo pacote econômico. Em seu editorial de dezembro/97, o ***Adunesp Informa*** evidencia o fio condutor da crise: "Em tempos de globalização da economia, o todo-poderoso capital especulativo dita as regras do jogo. Em detrimento do capital produtivo, que gera empregos e movimenta a economia, o chamado *hot-money* sobrevive do parasitismo que dá o



1996: Na Alesp, o reitor Arthur Roquete de Macedo, rebate a acusação de não haver defendido a luta pelos 11%, aprovada no CO da Unesp. Acima, manifestação em frente à reitoria

Nos anos seguintes, a reivindicação subiria para 11,6% do ICMS para as universidades, em compensação aos descontos da Lei Kandir

tom na atual etapa imperialista do capitalismo. Os tais países emergentes – Tigres Asiáticos, Brasil, México etc – são os que mais sentem a crise, pois até então vinham apresentando as taxas de juros mais convidativas do mundo".

Entre as medidas contidas no pacote, está a aceleração das reformas constitucionais, principalmente com o objetivo de demitir servidores públicos, corte de verbas na saúde, educação, ciência e tecnologia. O CNPq e a Capes, por exemplo, têm 12,5% de seus recursos cortados.

Em dezembro de 97, a Adunesp participa ativamente do Encontro Nacional contra o Neoliberalismo, em São Paulo, que reúne mais de quatro mil pessoas para protestar contra o pacote. A entidade já havia enviado representantes à "Marcha dos Cem Mil sobre Brasília", em abril daquele ano.

De olho na reeleição, o governo FHC contém a crise como pode. Passada a vitória eleitoral, no final de 98, a casa cai. "Explode o Plano Real", anuncia a manchete do ***Adunesp Informa,*** fev/99, referindo-se à desvalorização do real, aumento de juros e aprofundamento da recessão.

A estagnação econômica e o desemprego crescente levam a uma queda significativa na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do qual depende diretamente o repasse de verbas às universidades públicas paulistas. No dia 28 de janeiro de 99, o reitor Antônio Manoel divulga comunicado sobre a crise e seus reflexos na Unesp, anunciando "medidas de emergência", entre elas o corte de dois terços das verbas de custeio às unidades.

Tânia Celestino de Macedo, presidente da entidade na época, lembra que o clima era de grande tensão nas unidades naquele momento. "Nas assembléias e visitas às unidades, recebíamos denúncias de que algumas direções se aproveitavam da situação para preterir alguns setores e impor seus interesses". O professor Antônio Luís de Andrade, também membro da diretoria da Adunesp naquela gestão, avalia que a universidade deveria ter aproveitado a crise para rediscutir o modelo de autonomia em vigor nas três estaduais paulistas desde 1989. "Desde então, ficamos à mercê dos interesses do governo de plantão, bem como da composição política da Assembléia Legislativa", diz o docente, lembrando a vinculação das verbas à arrecadação do ICMS e as constantes investidas do governo para rebaixar os índices.

A reação do movimento popular e sindical é expressiva naquele momento. "Se queremos reverter a situação de nossa Universidade, temos que encarar o problema de conjunto, unificando a luta com as demais categorias de trabalhadores, desempregados, sem-terra, sem-teto e outros, para encostar FHC na parede", conclama o ***Adunesp Informa*** de março/99, convocando a categoria para uma jornada de manifestações no dia 26 de março, em todo o país, organizada por um conjunto de entidades, entre elas o Fórum das Seis. Pouco antes, o 18º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), realizado em Fortaleza, de 25/2 a 1º/3, com a presença de 11 representantes da Adunesp, aprovara a palavra-de-ordem "Fora, FHC e o FMI".

A Previdência na mira de Covas, Alckmin e Serra

A aprovação da reforma da Previdência em 2007, com a criação da São Paulo Previdência (SPPrev), tem suas raízes em 1999, quando o estado era governador por Mário Covas. Naquele ano, pela primeira vez, o PSDB tenta emplacar na Assembléia Legislativa mudanças profundas no sistema de aposentadorias e pensões do funcionalismo.

Entre as propostas, está o aumento da contribuição previdenciária de servidores ativos e aposentados, bem como a instituição da cobrança para os pensionistas. Até então contribuindo com 6% de seu salário para o Instituto de Previdência do Estado (Ipesp) e 2% para o Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (Iamspe), os servidores correm o risco de passar a alíquotas de até 25%, dependendo da faixa salarial.

A reação das diversas categorias do funcionalismo público é fulminante. Grandes manifestações, com até 50 mil pessoas, ocupam a frente da Assembléia e do Palácio dos Bandeirantes. Covas recua e engaveta a proposta.

Seu sucessor, Geraldo Alckmin, volta à carga em 2003, embalado pela reforma da Previdência do governo Lula. Em junho daquele ano, um mês antes que o Congresso Nacional aprovasse a reforma federal, Alckmin consegue que a Alesp aprove uma contribuição extra de 5% para todos os servidores. Com isso, a contribuição mensal sobe a 13%.

A aprovação da SPPrev, já sob o governo Serra, em 2007, que joga na incerteza o futuro da aposentadoria dos servidores paulistas, conclui os planos tucanos para a previdência no estado, mas não deve ser o último ataque. O governo Lula ainda planeja cortar mais direitos neste setor (uma das propostas é o aumento da idade mínima de aposentadoria para 65 anos e o fim das diferenças entre homens e mulheres). Com certeza, Serra não deixará por menos.

As manifestações contra a reforma previdenciária de Covas, em 1999, chegaram a reunir 50 mil pessoas na capital

CAPÍTULO 2

Um furacão chamado Trindade

Unesp assume a linha de frente na nova fase da política neoliberal para o ensino superior: a expansão sem verbas

Eleito no final de 2000, o reitor José Carlos Souza Trindade, do campus de Botucatu, pode se orgulhar de ter sido personagem central de um dos períodos mais turbulentos e nefastos da história da Unesp. Seu mandato serviu para concentrar todas as contradições que a Universidade viveu desde a sua fundação, trazendo de volta situações de truculência e repressão que nem durante a ditadura militar haviam sido vivenciadas pela comunidade.

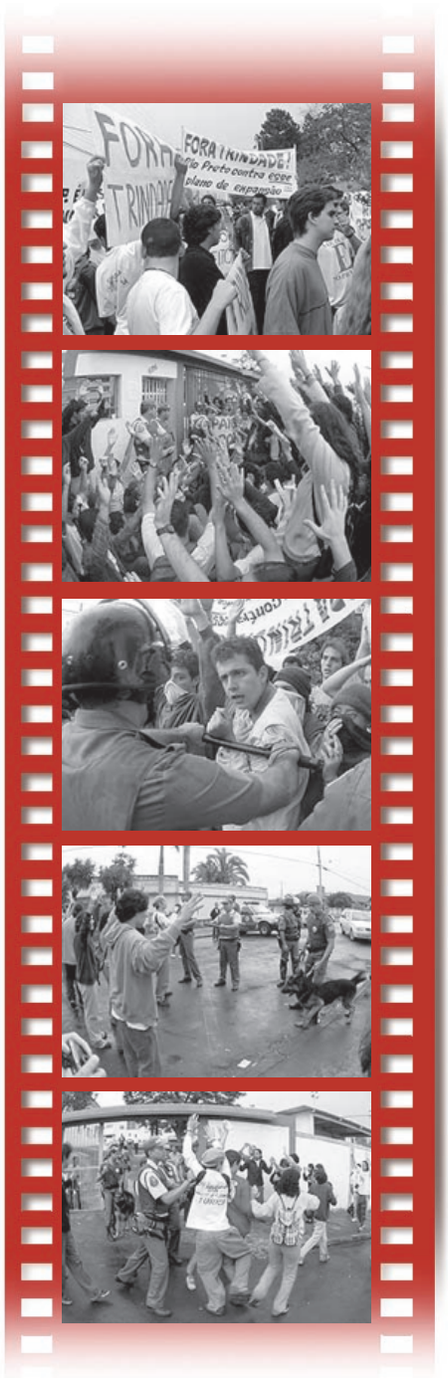
Apesar de ser figura central no processo que culminou com uma expressiva expansão de vagas, cursos e unidades na Unesp, sem garantia de recursos, ele não é autor da política neoliberal por trás destas iniciativas. Ganhou o destaque que teve apenas porque assentiu em ser o porta-voz e tomar a linha de frente na aplicação das medidas.

Logo após a eleição, na qual Trindade derrota o professor Amilton Ferreira, de Rio Claro, a Adunesp publica edição especial do seu jornal. O editorial aponta que, apesar das vitórias salariais obtidas com a greve de 2000 (reajuste de 15% mais 6,7%), "corremos o risco de retroceder no que já foi conseguido, tanto em termos salariais, como de gerenciamento, democracia interna e projeto de universidade".

As primeiras indicações, neste sentido, já se configuram no processo eleitoral. Como nunca antes havia acontecido na história da instituição, são eleitos reitor e vice de chapas diferentes. Em desrespeito à vontade da comunidade unespiana, o governador Geraldo Alckmin indica o vice da chapa que elegeu o reitor, o professor Paulo César Razuk, de Bauru. Nada mais profético quanto ao futuro que nos aguardava.

Antes ainda de tomar posse, o reitor eleito deixa toda a comunidade em polvorosa e à beira da histeria, incentivando o debate em torno da proposta de transferência da reitoria da Unesp para o interior, fato que estimula vários parlamentares a fazerem projetos pedindo que seu município seja o escolhido. A idéia da transferência acaba engavetada.

No início de 2001, durante aula magna em Presidente Prudente, o novo reitor resume suas concepções e prepara o terreno para o que está por vir: "O meu projeto é uma universidade empresarial."



A reunião do CO em 29/8/2002, em Araçatuba: cenas sombrias para a história da Universidade

Através de várias medidas, começa a se propagar pela Unesp uma política de incentivo à busca de recursos privados, pelos professores, para bancar seus projetos de extensão e pesquisa. Proliferam os cursos de especialização pagos.

100 dias de confusão

No ***Adunesp Informa*** de abril de 2001, numa análise de cem dias de gestão, o Sindicato enumera as medidas autoritárias e desrespeitosas à comunidade:

- A suspensão do plano de obras aprovado na gestão anterior pelos órgãos colegiados centrais;
- A assinatura dos convênios PEC-Formação Universitária com a Secretaria de Estado da Educação, criando cursos virtuais para a formação de professores do ensino fundamental, sem discussão com a comunidade. A formação aligeirada de professores foi, inclusive, o tema da primeira edição dos ***Cadernos da Adunesp***, no início de 2002.
- A transformação da possível transferência da sede da reitoria para o interior em um verdadeiro leilão do tipo "quem dá mais leva", sem consulta aos professores, alunos e funcionários.
- A criação de cursos (como os de Biologia Marinha e Engenharia do Pescado, em São Vicente) sem discussão nas instâncias competentes.
- A constituição de Comissão de Avaliação Institucional sem o devido respaldo do estatuto da Unesp e sem discussão com os segmentos organizados da Universidade.

Expansão de vagas: dois projetos para a Universidade

Em 2001, o Cruesp apresenta à Assembléia Legislativa um projeto de expansão de vagas para o estado de São Paulo. O texto contém três pontos centrais: uma expansão de 5% ao ano (du-

Ocupações estudantis por melhorias nos cursos. À esq., em Marília, 2002. À dir., em Bauru, 2003

rante cinco anos) das vagas nos cursos de graduação tradicionais, a criação de cursos seqüenciais e a criação de um sistema de formação de professores para o ensino básico. Em audiência pública realizada no dia 22 de agosto, a Adunesp e demais entidades que compõem o Fórum das Seis, entre elas os DCE's das três universidades, distribuem um documento de análise e de crítica da proposta.

O Fórum classifica como "muito tímida" a expansão de vagas nos cursos tradicionais, lembrando que apenas cerca de 24% dos jovens paulistas se matriculam em instituições de ensino superior, seja da rede pública ou privada. "Embora esse percentual de matrículas seja superior ao dos demais estados brasileiros, ele é inferior à média de diversos países sul-americanos, como Argentina, Venezuela, Peru, Chile e Uruguai. Além disso, é muito inferior ao que se observa nos países desenvolvidos, onde a taxa de matrícula supera, e às vezes em muito, 60%", aponta um trecho do estudo. Para agravar o quadro, do total de 740 mil estudantes atendidos (dados de 2001), somente 86 mil freqüentam universidades públicas, o que corresponde a 12%.

O IV Encontro de AD's da Adunesp, em São Sebastião, em dezembro de 2002, teve como ponto de pauta a expansão

Contrapondo-se ao Cruesp, o Fórum apresenta alternativas de expansão, de forma a triplicar o total de vagas em curto tempo, com um aumento de 10% ao ano durante 12 anos, apontando ainda as necessidades de financiamento público.

Os cursos seqüenciais e de curta duração propostos também são muito criticados pelo Fórum. Na proposta do Cruesp, eles abarcariam 90 mil alunos. Mais rápidos, baratos e, obviamente, de menor qualidade, eles seriam destinados à população de baixa renda. Bombardeada pelas entidades sindicais e parte dos deputados, a proposta acaba sendo engavetada, mas diversas iniciativas passaram a ser tomadas paralelamente, principalmente na Unesp.

Em julho de 2001, ocorre um aumento de vagas e de cursos (13 no total), sem nenhuma contrapartida no orçamento por parte da Assembléia Legislativa. A aprovação dos novos *campi*, considerada ponto central da expansão na Unesp, é a proposta que mais demanda esforços do reitor Trindade. Para aprová-los, ele usaria todos os recursos disponíveis nos meses seguintes.

Numa reunião do Conselho Universitário (CO), realizada em 27 de fevereiro de 2002, o reitor pede que seja aprovada, a toque de caixa, a criação de sete novos *campi*, com mil novas vagas já no vestibular seguinte, o que representaria um aumento de 18% sobre o total de vagas oferecido na época.

A Adunesp distribui aos conselheiros um documento intitulado *"Por um plano de expansão de vagas que atenda aos anseios da comunidade*", no qual expõe seu posicionamento: "A luta por mais vagas no ensino público não é apenas uma questão de números. Em tempos eleitorais, aliás, de forma oportunista, as estatísticas costumam ganhar importância para os governos de plantão. Mas não é disso que estamos falando. O que se pleiteia é que as universidades públicas ampliem suas vagas, mas com garantia de qualidade. E isso significa aumento de verbas, contratação de professores e funcionários, novos laboratórios e aquisição de equipamentos."

Alguns conselheiros argumentam que as informações são insuficientes para o debate e deliberação. Diante do impasse, surge a sugestão de que seja aprovado o mérito da proposta e que se crie uma comissão para estudá-la em detalhes. O professor Milton Vieira do Prado Júnior, do campus de Bauru e presidente da Adunesp nas gestões 2003/05 e 2005/07, está presente na reunião. Ele conta que inquiriu o reitor sobre o que significaria, objetivamente, aprovar o mérito da proposta. "O professor Trindade respondeu que seria um aval do CO para se executar estudos quanto à expansão de vagas, a partir de algumas cidades já contatadas, e sinalizar para a Assembléia Legislativa que a Unesp tem propostas que justificam a manutenção dos R$ 17 milhões suplementares aprovados para o ano de 2002", relata.

Diante destes esclarecimentos,

Expansão proposta pelo Cruesp em 2001 tinha como eixo central os cursos seqüenciais e de curta duração: formação de baixa qualidade para os mais pobres.

o CO aprova o mérito da proposta e indica uma comissão para apresentar, em 120 dias, um estudo detalhado acerca do tema, que serviria como subsídio para uma posterior deliberação do CO. Por sugestão do professor Arif Cais, do campus de São José do Rio Preto e representante junto ao CO e ao CADE na época, os conselheiros também aprovam a indicação de que o aumento de vagas deva estar subordinado à ampliação permanente de verbas na Assembléia Legislativa.

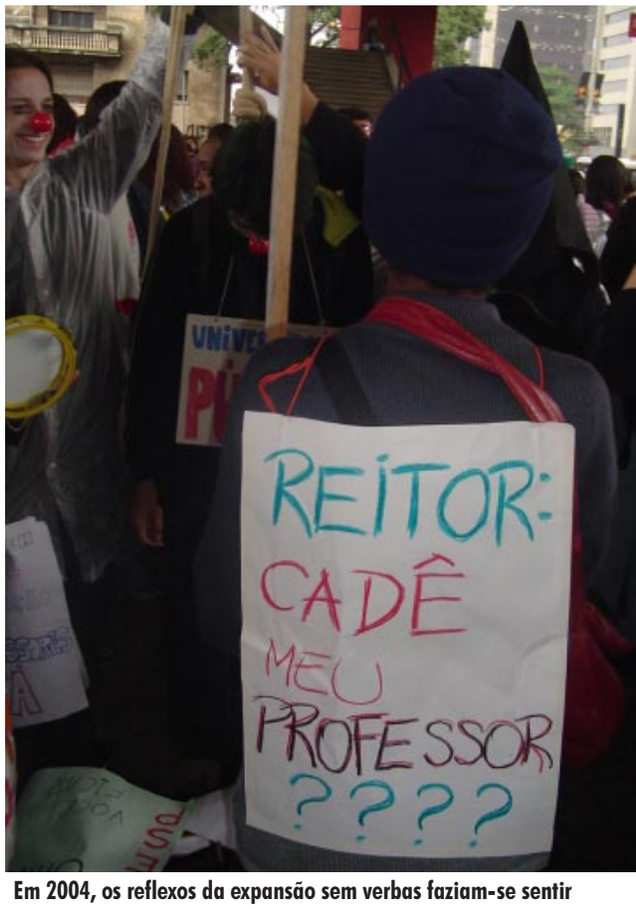
Mas a história caminha para outra direção. Logo em seguida, Trindade passa a divulgar em todo o estado que a proposta já está aprovada.

Em audiência concedida à diretoria da Adunesp, em 27 de março, ele rebate as críticas e é categórico: "A expansão está sendo e será a marca registrada da minha gestão." A professora Ana Maria Ramos Estevão, diretora do Sindicato na gestão 2001/03, questiona o reitor sobre as 189 contratações que havia feito em RTP. "Não precisamos de pesquisadores e sim de professores para dar aula", provoca Trindade.

O uso da força bruta

Em 14 de agosto de 2002, o assunto volta à pauta do CO. Impedidos de participar, os alunos protestam e ocupam o prédio da reitoria, na época localizada na Alameda Santos. O saldo é a quebra da porta de vidro do 17º andar e a agressão física de alunos por parte de alguns assessores do reitor. Em nota distribuída no dia seguinte, a reitoria qualifica os estudantes de "palhaços algozes e artistas culturalmente subdesenvolvidos".

"Nestas idas e vindas, o governo sinalizou com uma verba de cerca de R$ 30 milhões para a Unesp, o que deu início a uma barganha infernal entre reitoria e diretores", resgata o professor Milton. "A reitoria transformou-se num balcão de negociações", emenda Maria Valéria Barbosa, representante junto à Câmara Central de Graduação (CCG) na época, ex-vice-presidente da Adunesp na gestão 92-94. "A parte acadêmica foi o aspecto menos considerado naquele processo e uma prova disso foi um dossiê elaborado pela CCG, sequer apreciado pelo CO", exemplifica a docente, lembrando também que as propostas pedagógicas dos novos cursos foram elaboradas, a toque de caixa, por assessores das pró-reitorias, sendo assinadas por pareceristas deslocados pela reitoria nos dias que antecediam as reuniões dos órgãos colegiados.



Em 2004, os reflexos da expansão sem verbas faziam-se sentir em toda a Unesp. Nas duas fotos acima, manifestação em São Paulo, no dia 3 de junho

Mas o pior ainda está por vir. Para evitar novos protestos, Trindade transfere as reuniões do CO para o interior. Na sessão de 29 de agosto, realizada em Araçatuba, ele solicita à Policia Militar que cerque o campus, para "garantir a votação". A tarefa é cumprida com policiais armados até os dentes, cães e gás de pimenta. Um cenário típico dos anos 70, de triste memória para os brasileiros.

"Araçatuba foi escolhida por se

tratar de uma unidade que apoiava o reitor", comenta o professor Arif. Por sugestão da Adunesp, ele e o professor Carlos Brandão, de Assis, ingressam com um mandado de segurança contra a proposta do reitor, por ferir inúmeros artigos do estatuto da Unesp, como é o caso do nº 23, que prevê a manifestação do CEPE antes da criação de novos cursos. O pedido é negado pela justiça.

Num clima de muita negociação extra-plenária, a proposta é votada e aprovada por pequena margem de votos. "Muitos dos diretores que criticaram a proposta inicial do reitor votaram a favor, sob pressão ou por negociação", destaca Arif.

Do lado de fora, um cenário lamentável. "Uma comunidade acuada pela polícia, um campus fechado, professores e funcionários que eram membros do CO foram filmados ao entrar na reunião", resume o professor Milton. "Foi uma das páginas mais vergonhosas da história da Unesp", classifica Luiz Fernando da Silva, professor do campus de Bauru e representante no CO naquele período. Para ele, a forma de expansão realizada na Unesp foi totalmente aventureira e determinada pela política do governador da época, Geraldo Alckmin, como elemento de campanha eleitoral, pois serviu de "moeda de troca" para apoios de prefeitos em várias regiões do estado. "Mas também não é possível esquecer que tal proposta se respaldava nos precedentes abertos pelo Plano Nacional de Educação, o PNE, e na Lei de Diretrizes de Bases, a LDB, que definiam a forma de expansão da universidade para os próximos períodos", assinala.

O protesto estudantil foi uma das marcas da gestão Trindade

A saída para as novas unidades e cursos da Unesp passa pela luta por mais recursos e financiamento definitivo para a expansão.

O saldo da expansão

Além das novas unidades aprovadas (Sorocaba, Registro, Rosana, Dracena, Ourinhos, Tupã e Itapeva), que ganham o *status* de "diferenciadas", também são criados vários cursos novos nas unidades já existentes. A professora Maria Valéria cita o caso de Marília, que passou de cinco cursos para nove de uma única vez. "Essa expansão agressiva trouxe e traz conseqüências sérias e todas as conquistas só ocorreram após muita luta. Cada construção de prédio ou contratação de professores corresponde a uma greve ou a uma intensa mobilização", diz.

O professor Luiz Fernando considera que, de um modo geral, as conseqüências da expansão referem-se ao aprofundamento dos problemas financeiros na Unesp, com a precarização das condições de trabalho – docência, pesquisa e extensão – e a "uma perspectiva muito indefinida para essa instituição nos próximos anos".

"Levaremos muitos anos para corrigir estes problemas, a um custo muito alto", reforça o professor Arif. Ele lembra que a promessa do governo, de manter repasse todo ano, como se esperava, não se concretizou e a cota parte da Unesp mantém os cursos criados até hoje. "Os docentes não são efetivos e não há cargos para serem preenchidos, enquanto os servidores de limpeza, manutenção e segurança são das prefeituras. Nada garante que continuarão a ser, o que pode causar novos transtornos", preocupa-se Arif. Ele considera que a ilha neste "caos total" é o campus de Sorocaba. "Visitei-o por duas vezes e fiquei impressionado com o desenvolvimento e o apoio da prefeitura municipal", relata. "O que nos resta, senão trabalharmos para que todas as unidades alcancem o padrão da Unesp?"

Afrânio José Soriano, docente no campus experimental (novo nome dado às unidades diferenciadas a partir de 2007) de Registro, conta que foi contratado em setembro de 2003, um mês após o início das aulas da primeira turma. Ele relata que o quadro conta com 10 doutores e um doutorando e um número igual de professores substitutos. Numa região carente de ensino superior público, como é o Vale do Ribeira, com seus 500 mil habitantes, o campus

O reitor Trindade, durante reunião do Cruesp com o Fórum das Seis, em maio/2004: administração nefasta para o ensino superior público paulista

da Unesp chegou como uma bênção. Mas os problemas são muitos.

A ausência de estruturas de discussão e deliberação semelhantes aos *campi* tradicionais, como é o caso da congregação, cria o ambiente propício para uma série de "desmandos", como qualifica o professor Afrânio. Ele cita como exemplo uma portaria baixada em âmbito local, determinando a necessidade de protocolar, com 10 dias de antecedência, autorização para uso do veículo da unidade. Afrânio expõe um clima de pressão sobre os docentes desde a abertura da unidade. "Quando tomamos posse, tivemos que assinar um documento, no setor de RH da reitoria, que condicionava nossa demissão sumária com um eventual fechamento da unidade".

Passeata dos estudantes do campus experimental de Registro, em abril/2007: rescaldo da expansão sem verbas

No dia 10 de abril de 2007, uma grande passeata de estudantes ocupou as ruas centrais de Registro. Com faixas, cartazes e nariz de palhaço, eles gritavam palavras de ordem contra a falta de verbas. Nas faixas, podia-se ler: "Unesp no Vale: verdade ou ilusão?"

O professor Afrânio faz questão de enfatizar que, apesar de todos os problemas, a Unesp já preenche uma lacuna de qualidade de ensino e até de pesquisa na região. "Temos vários projetos aprovados com financiamento externo e intensa participação com colegas de agências e órgãos estaduais de pesquisa e desenvolvimento", diz ele, citando o Comitê de Bacias, Apta, Instituto Florestal, Casas de Agricultura, ONG's e outros. Como solução mais ampla, o docente defende um plano estratégico de desenvolvimento, que seja construído coletivamente no âmbito interno e externo, discutido com a comunidade. "Para isso, é preciso legitimidade", conclui, propondo o estabelecimento imediato de eleições para todos os órgãos locais, da Coordenação Executiva às comissões, com a presença dos três segmentos. Ele também advoga a necessidade de representação, de cada campus experimental, junto aos órgãos colegiados centrais. "Num momento em que se discutem as ameaças ao maior e mais básico legado da história das universidades públicas, a autonomia, não podemos deixar de exercê-la em nossa própria práxis."

O professor Milton concorda com o colega Afrânio e lembra que os *campi* experimentais são um novo modelo de unidade universitária dentro do estatuto da Universidade, com uma estrutura administrativa concisa, sem colegiados deliberativos e sem a participação efetiva nos colegiados centrais. "É um absurdo haver diretores indicados pela reitoria, sem serem da comunidade e sem serem eleitos por essa mesma comunidade", denuncia.

Para Milton, a principal iniciativa em relação às novas unidades é a luta por recursos para o financiamento definitivo da expansão de vagas. Ele considera imprescindível que os *campi* experimentais se enquadrem ao estatuto da Universidade e tornem-se parte efetiva da Unesp, com a mesma estrutura pedagógica, colegiada e administrativa dos demais. "O mais importante, no entanto, é a organização dos professores, funcionários e estudantes para lutar por seus direitos", conclama.

Adunesp promoveu debate em 2002

Nos dias 17 e 18 de junho de 2002, aconteceu no Auditório Franco Montoro, na Assembléia Legislativa, o "Seminário sobre expansão do ensino superior público no estado de São Paulo", promovido pela Adunesp e demais entidades do Fórum das Seis. O objetivo foi aprofundar as discussões a respeito do projeto apresentado pelo Cruesp no ano anterior. O debate também indicou propostas e caminhos alternativos para a expansão em São Paulo. Embora convidados, não compareceram o reitor da Unesp, professor José Carlos Souza Trindade, e o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Ruy Martins Altenfelder Silva. Ao final do evento, foi lançado o *Movimento Estadual em Defesa da Universidade Pública e Gratuita - SOS Universidade*. Os debates do seminário foram matéria prima da segunda edição dos ***Cadernos Adunesp***, em agosto de 2002.

A abertura do seminário: presença de caravanas do interior

O lançamento da campanha salarial 2000, no dia 5 de abril, na USP

CAPÍTULO 3

As greves e manifestações que marcaram a Adunesp na última década

Luta contra o arrocho salarial, por mais verbas, em defesa da autonomia universitária e em oposição às reformas neoliberais de FHC/Lula deu o tom num período de intensa mobilização na Adunesp

A importante greve de 1996, descrita em detalhes no primeiro capítulo dessa reportagem, não é a única dos últimos 10 anos. Daquele ano até 2007, muitas são as greves, passeatas, atos públicos, manifestações e outras formas de luta, em São Paulo e nas cidades que sediam a Unesp, a USP, a Unicamp e o Centro Paula Souza.

A greve de 2000 é marcante, não só por sua duração (52 dias, nos meses de abril a junho), mas pelas vitórias alcançadas, a repercussão na sociedade e a coesão demonstrada por professores, funcionários e estudantes. "Aquele foi um movimento emblemático", lembra o professor Antônio Luís de Andrade (Tato), à época vice-presidente da Adunesp, na gestão presidida por Tânia Celestino de Macêdo. Cabia à entidade, naquele momento, a coordenação do Fórum das Seis.

O Cruesp, então presidido pelo reitor da USP, Jacques Marcovitch, mostra grande insensibilidade, negando-se a negociar durante meses. Quando se senta à mesa pela primeira vez, no dia 13 de abril, apresenta uma proposta irrisória, o que se constitui no estopim da greve. Nesta negociação, a pedido do secretário de Ciência e Tecnologia, José Aníbal, uma pacífica manifestação de servidores, docentes e alunos das universidades e do Centro Paula Souza, em frente à Secretaria, é violentamente reprimida pela tropa de choque da polícia, que usa bombas de gás e chega a dar tiros para o alto, além de prender cinco manifestantes. A partir desse fato, o Cruesp promoveria algumas rodadas de negociação no interior, na tentativa de impedir novas manifestações. Mas o objetivo é frustrado. Em Rio Claro, por exemplo, os manifestantes realizam um belo ato público durante a reunião.

No dia 18 de maio, outra grande manifestação, que agrupa cerca de 40 mil pessoas – inclusive com a expressiva participação de servidores de outras categorias do serviço

Negociação com o Cruesp em 13/4/2000, na Secretaria de C&T: tropa de choque contra estudantes e trabalhadores

público – em frente ao Museu de Arte de São Paulo, o Masp, também é reprimida com violência pela polícia. No mesmo dia, a PM invade a Fatec/SP, onde os estudantes haviam promovido uma ocupação para protestar contra a tentativa do governo de acabar com o vínculo entre o Centro Paula Souza e a Unesp. A reação dos estudantes e trabalhadores do Centro voltaria a se repetir nos anos seguintes, sendo responsável pela manutenção do vínculo até os dias de hoje.

Tato comenta que a greve de 2000 foi determinante para que o debate político em torno às questões do funcionamento e financiamento das universidades assumisse uma centralidade política nacional e cumprisse o papel histórico de aprofundar a retomada da luta em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

A greve de 2000 é marcante não só por sua duração, mas pelas vitórias alcançadas, a repercussão na sociedade e a coesão da comunidade.

"Não tenho dúvidas de que, apesar de alguns tensionamentos ocorridos com algumas seções regionais no começo daquela gestão, foi o trabalho coletivo de base e a consciência das diretorias, da Central e das nossas organizações de base que deram a organicidade e a unidade necessárias para fazermos e sairmos vitoriosos daquela greve", considera.

Apoiados pelo movimento estudantil, professores e funcionários obtêm um ganho salarial muito expressivo, num total acumulado de 25% no decorrer do ano, praticamente o que estava sendo reivindicado.

Também em 2000, a Adunesp teve papel relevante num momento histórico para o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, o Andes. Naquele ano, o professor Tato integrou, como 2º tesoureiro, a chapa vitoriosa para o biênio 2000-02, encabeçada por Roberto Leher, numa importante disputa com o grupo que dirigia a entidade e que era acusado de boicotar as lutas dos docentes universitários. "Foi muito importante retomarmos o Sindicato, pois a gestão do Renato Oliveira era pelega", comenta Tato, citando como exemplos os acordos feitos com o governo FHC para encerrar a greve da categoria; a aceitação das gratificações (GED), que excluíram os aposentados, professores dos CEFET's e do primeiro e segundo graus; a concordância com a proposta governamental de regulamentação da autonomia universitária, consagrada no artigo 207 da Constituição Federal, entre outros ataques. "A política do Andes, naquele período, abriu espaço para que o MEC acabasse com a isonomia e desse início à reforma universitária nos anos posteriores", critica.

Na eleição seguinte (2002-04), Tato foi reconduzido ao mesmo cargo, desta vez na chapa presidida pelo professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas. Em outras oportunidades, a Adunesp também havia participado da direção do Andes, sempre compondo a diretoria da Regional São Paulo: Lúcia Lodi (90-92 e 92-94), Maria Valéria Barbosa (94-96), Vandeí Pinto da Silva (2000-02), Ana Maria Ramos Estevão (2002-04 e 2004-6) e Carlos Alberto Anaruma (2006-08, gestão atual). Também fizeram parte da Regional São Paulo, na gestão 98-00, os professores José Lúcio Martins Machado, Luiz Alfredo Chinali e Antônio Luís Caldas Júnior.

Dois momentos na organização de base da Adunesp em 2001: no alto, o III Congresso, realizado no mês de junho, em Ilha Solteira. Acima, reunião para formação do "chapão" aos órgãos colegiados, em agosto

A luta em 2002

A data-base de 2002 acontece em meio ao impacto causado pelo processo de expansão de vagas, particularmente na Unesp. À reivindicação de 16% de reajuste salarial, soma-se a luta pelo aumento de verbas na Assembléia Legislativa. O Cruesp, então presidido pelo reitor José Carlos Souza Trindade, vai sendo pressionado pela mobilização e, após algumas negociações, chega à proposta de 8%.

Docentes, servidores e estudantes da Unesp, USP e Unicamp protagonizam paralisações parciais e manifestações nos dias 16 e 22 de maio. A greve por tempo indeterminado a partir de 10 de junho, proposta pelo Fórum das Seis, ganha força apenas em algumas unidades da Unesp, como é o caso de Assis, que realiza grandes assembléias conjuntas dos três segmentos.

Para os alunos, o ano reserva lutas importantes. Os estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP param por 105 dias e conquistam a contratação de 92 do-

Ato em frente à reitoria da Unesp, na campanha salarial de 2002: Trindade era o presidente do Cruesp

centes. O movimento contagia as outras universidades. Na Unesp, ocorrem paralisações e ocupações em vários *campi*, como Marília, Assis, Bauru, Instituto de Artes e outros. O ***Caderno da Adunesp*** nº 2, dedicado à expansão de vagas, registra a revolta dos estudantes: "Com esta política irresponsável de não contratar professores em regime de dedicação exclusiva, o senhor reitor obriga-nos a aceitar docentes substitutos. Como eles não são contratados para fazer pesquisa e orientar alunos, é claro que a qualidade do ensino acaba caindo", criticava Alexandre dos Santos Lopes, do campus de Marília, na época membro do comando de greve dos estudantes. A contratação de professores e as melhorias na infra-estrutura dos cursos são as principais reivindicações.

Em 2003, com o país vivendo o primeiro ano do governo Lula (*veja matéria na página 20*), a situação continua efervescente na Unesp. Logo no início do ano, os estudantes voltam a promover ocupações, desta vez nos *campi* de Bauru e Presidente Prudente, tendo a moradia como ponto central na pauta. "A moradia é um direito que visa a garantir a permanência do estudante de baixa renda na instituição", denunciava Valério Paiva, então aluno de Bauru, em matéria publicada no ***Adunesp Informa*** de julho/03. "Tais direitos não estão sendo contemplados pela Unesp, muito menos na gestão do reitor Trindade, que se preocupa apenas com a expansão de vagas e a criação de novos *campi*, todos sem nenhuma estrutura de assistência estudantil", criticava o discente.

Também em 2003, no segundo semestre, docentes e servidores das universidades estaduais realizaram um movimento inédito ao participar de uma greve nacional do funcionalismo contra a reforma da Previdência, como mostra matéria na página 20.

Data-base 2004: manifestação em Campinas, no dia 20 de maio

Quem luta, conquista

Com essa manchete, o ***Adunesp Informa*** de agosto 2004 faz um balanço da longa greve desde o advento da autonomia, em 1989, nas universidades estaduais paulistas. São mais de 60 dias de paralisação. Na Unesp, fragilizada pela política da gestão Trindade, a reação é mais forte. O pontapé inicial da greve é dado no campus de Ilha Solteira, logo se espalhando maciçamente pela Unesp, USP e Unicamp. O Centro Paula Souza, com suas escolas técnicas e faculdades de tecnologias, havia parado por mais de 80 dias no início do ano.

A reivindicação apresentada pelo Fórum das Seis é de 16%. Mesmo diante da evidência da folga dos números, com o crescimento da arrecadação do ICMS, o Cruesp, presidido pelo reitor Trindade, insiste em oferecer zero de reajuste nas seis primeiras negociações. "A intransigência do Cruesp, que não se embasava em números, mas sim numa política de vergonhosa submissão ao governo, só foi quebrada com a greve", relembra Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, vice-presidente da Adunesp naquele período.

Diante da força da greve, os reitores vêem-se obrigados a oferecer a reposição da inflação de maio/2003 a abril/04 (4,18%) e a estabelecer uma política salarial para os meses seguintes, que levaria a um novo índice de 2,76% de reajuste em janeiro/05. O resultado é considerado aquém das expectativas da categoria, mas há um consenso de que só possível graças à luta.

Os três segmentos protagonizam grandes passeatas até a Assembléia Legislativa, reivindicando mais verbas para a educação pública paulista, as universidades e o Centro Paula Souza. O rolo compressor tucano, porém, garante a aprovação, no dia 13 de julho, da proposta enviada por Alckmin: manutenção dos 9,57% para as universidades e nenhuma dotação específica para o Centro. Revoltados, os estudantes presentes ocupam o plenário e são reprimidos pela polícia, que usa *spray* de pimenta e persegue alguns deles pelos corredores da casa. "Foi um show de truculência tucana", lamenta Sueli. "A lição política maior do movimento de 2004 é a reafirmação da greve como instrumento legítimo de luta e de conquistas", reforça ela.

Em paralelo à campanha salarial e à luta por mais verbas na LDO, a comunidade unespiana encara outras batalhas no plano interno. Pressionado pela movimentação nas unidades e a iminência de uma auto-convocação, o reitor Trindade realiza uma reunião extraordinária do Conselho Universitário no dia

25/6/2004: Ato conjunto do funcionalismo público em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Na mira, Zeroaldo Alckmin

15 de julho. A pauta é parecida àquela proposta pelo movimento (situação das unidades diferenciadas, cursos novos, balanço da aplicação das verbas destinadas à expansão, participação discente no CO, vestibular de meio de ano etc). Em votação conduzida pelo reitor, a maioria dos conselheiros (31 a 26) vota pela entrada de representantes dos estudantes, da Adunesp e do Sintunesp, mas sem direito a voz, no caso destes dois últimos. Em protesto, os sindicalistas entram na reunião, fazem uma declaração e se retiram. Em frente à reitoria, ao mesmo tempo, desenrola-se uma manifestação de estudantes, professores e funcionários. A era Trindade aproxima-se do fim do mesmo jeito que começou: truculenta, desrespeitosa, reacionária e hostil à universidade pública.

Passeata até a Alesp, no dia 3/6/2004. No destaque, representante da Adunesp fala em frente à reitoria, na época localizada na alameda Santos

2007, a autonomia universitária no centro do embate

No mês de fechamento dos textos da revista dos 30 anos da Adunesp, agosto/2007, a comunidade acadêmica reflete sobre o fortíssimo movimento que tomou conta das universidades estaduais neste ano. À campanha salarial, soma-se um ingrediente de mobilização poderoso: os virulentos ataques do recém-empossado governo José Serra à educação pública e, em especial, às universidades. Com sua lista de decretos, baixados logo nos primeiros dias de mandato, o ex-presidente da UNE em 1963-64 (ironia do destino!) deixa clara a existência de um projeto de controle expresso sobre a Unesp, a USP e a Unicamp.

A reação da comunidade acadêmica, com destaque especial para as ocupações estudantis e a greve entre os docentes e funcionários, força o tucano a recuar parcialmente, como bem o aponta a professora Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, em artigo nas páginas 29 a 34 desta publicação. Destaque para a longa ocupação da reitoria da USP pelos estudantes, que dura 50 dias. Na Unesp e na Unicamp, os alunos também vão à luta, protagonizando várias ocupações. Embora ameace usar a força policial para desalojar os estudantes da USP, Serra se contém diante da força e da repercussão do movimento. A mesma "sensibilidade", porém, não tem o diretor da FCL de Araraquara, Cláudio Gomide. A seu pedido, 180 policiais da tropa de choque, armados de cassetetes e bombas de gás, desalojam os cerca de 120 estudantes que ocupam pacificamente a diretoria.

Para João da Costa Chaves Júnior, presidente eleito da Adunesp para o biênio 2007-09 e ex-diretor do campus de Assis entre 1999 e 2003, nada justifica a atitude tomada em Araraquara, nem mesmo uma possível pressão da reitoria. Em entrevista ao ***Adunesp Informa*** de julho/07, ele explica que, estatutariamente, não há hierarquia entre diretores e reitor. "O que existe são escolhas políticas", resume.

Na mesma edição do jornal da Adunesp, a socióloga Maria Orlanda Pinassi, docente no campus de Araraquara, assinala que nunca houve diálogo com os estudantes e que foi a partir da ocupação que ele passou a existir. Elogiando a iniciativa da Adunesp e do Sintunesp, que promoveram uma reunião logo após a ação policial, envolvendo todos os segmentos da universidade e, também, representantes da comunidade local, ela diz: "Estas entidades reiteraram, neste episódio, o verdadeiro significado da mediação não cooptada e da dignidade que devem pautar o papel das representações de classe".

O saldo econômico da greve também pode ser creditado à mobilização: reajuste de 3,37% em maio (inflação dos 12 meses) e revisão salarial em outubro, de acordo com o crescimento do ICMS. Caso a arrecadação do ICMS ultrapasse os R$ 43,62 bilhões, os reitores propõem negociar a reivindicação de reajuste fixo de R$ 200,00 para todos. A parcela fixa é uma inovação na pauta de reivindicações de 2007, vista pelo Fórum das Seis como um mecanismo de diminuição do fosso salarial existente nas universidades.

CO extraordinário em 15/7/2004, realizado por pressão da comunidade. Impedidos de falar, os representantes da Adunesp e do Sintunesp (foto ao centro) deixam a reunião em protesto

31 de maio de 2007, ponto alto da luta contra os decretos de Serra. A força do movimento obriga o governo a recuar. Mas a luta em defesa da autonomia ainda não terminou...

Greve histórica em 2005 contra o veto na LDO

Em 2005, a luta por mais verbas para a educação pública paulista ganha novos e surpreendentes contornos. A votação final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, ocorrida no dia 7 de julho, com o plenário tomado por funcionários, professores e estudantes da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza, garante a inclusão de todas as emendas que prevêem um expressivo aumento do repasse de recursos: aumento de 9,57% para 10% no percentual de repasse do ICMS às universidades, dotação de 1% do ICM para o Centro Paula Souza e ampliação de 30% para 31% do total da arrecadação para o conjunto da educação pública no estado. Embora a reivindicação histórica do movimento seja superior (33% para a educação, 11,6% do ICMS para as universidades e 2,1% do ICMS para o Centro), a aprovação é vista como vitória.

Veto de 'Zeroaldo' Alckmin contra o aumento de verbas para a educação provocou uma onda de mobilização nas universidades e no Ceeteps.

"Além da forte mobilização da comunidade acadêmica, que já ocorria há anos, a presença das emendas no relatório final da LDO e a vitória na votação do dia 7/7 foram produto, entre outros fatores, de uma mudança de correlação de forças na Alesp", explica o professor Milton Vieira do Prado Júnior, então presidente da Adunesp e coordenador do Fórum das Seis. Ele lembra que a bancada do PFL assumiu uma posição independente em relação ao Palácio dos Bandeirantes em 2005.

Aprovada na Alesp, a LDO segue para sanção do governador Alckmin. A comunidade realiza vários atos públicos em São Paulo, exigindo que o texto aprovado seja mantido. No entanto, no último prazo previsto pela legislação, 4 de agosto, ele veta o artigo 4 do texto, que garante o aumento de verbas. Conclamando greve contra o veto, o Fórum das Seis ressalta: "Se depender do governador, as universidades estaduais, ETE's e FATEC's vão continuar sendo usadas como propaganda eleitoral para os tucanos, ao mesmo tempo em que padecem com a falta de verbas e a expansão de vagas sem nenhuma garantia de financiamento" (***Adunesp Informa***, agosto/05).

Pedindo que a Alesp revogue o veto, começa uma forte greve nas universidades estaduais no dia 25 de agosto. Enquanto a comunidade luta, o Cruesp se cala.

Depois de uma longa e tumultuada tramitação, o veto do governador Geraldo Alckmin ao aumento de verbas para a educação pública é mantido pela Assembléia Legislativa. A votação acontece em sessão extraordinária, no dia 28/9, por posicionamento simbólico de líderes. Cerca de dois mil manifestantes das universidades e do Centro Paula Souza descem em passeata da avenida Paulista até a Alesp e são recebidos por um verdadeiro batalhão de policiais.

Grandes atos contra o veto marcaram o segundo semestre de 2005. À dir., fala a Adunesp

Em 2006, a Comissão de Orçamento e Finanças volta a incorporar em seu relatório final um aumento de recursos para a educação na LDO/2007: aumento de 30 para 31% do total das receitas do estado para o conjunto da educação pública; 10,43% do ICMS para as universidades (sendo 0,43% para contemplar a expansão) e dotação de 1% para o Centro Paula Souza. Desta vez, para impedir a aprovação em plenário, a base governista protela por meses a fio a votação, que só acontece no dia 15 de dezembro. As emendas a favor da educação são aprovadas, mas a manobra é explícita: os deputados favoráveis ao governo apostam no veto do governador em exercício, Cláudio Lembo. No dia 29 de dezembro, a pedido de seu sucessor José Serra, Lembo veta o que havia sido aprovado.

15 de maio de 2003: passeata conjunta do funcionalismo contra a reforma da Previdência

CAPÍTULO 4

Lula e a cartilha do neoliberalismo. Um passo além de FHC

Embora deixasse claro qual política iria seguir, a chegada ao poder do ex-líder operário despertou expectativas na maioria da população. Começava a era das grandes reformas, entre elas a da Previdência e a universitária, com sérios reflexos sobre as universidades públicas

O ano de 2003 traz um ingrediente novo ao país, que determina as ações da Adunesp e do conjunto do movimento sindical até os dias atuais. Eleito com as expectativas progressistas de 53 milhões de pessoas, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, líder sindical do ABC paulista e expoente do Partido dos Trabalhadores, logo mostra a que veio.

Em seu editorial, a edição de fevereiro/03 do ***Adunesp Informa*** aponta: "Os trabalhadores brasileiros estão estarrecidos frente à continuidade do ataque aos seus direitos. O firme propósito do governo Lula em fazer a reforma da Previdência, para cumprir o compromisso assinado com o FMI, dá continuidade ao projeto de FHC, ou seja, implementar as diretrizes neoliberais no Brasil."

O texto também denuncia outros

elementos que mostram ser o governo Lula o equivalente a um terceiro mandato do governo FHC: redução de investimentos sociais, aumento do superávit primário para 4,25% do PIB (tudo o que o país "economiza" para pagar os juros da dívida aos banqueiros), arrocho nos salários do funcionalismo etc.

Estaduais paulistas entram na greve nacional

De 8 a 13 de março, a Adunesp envia seis delegados ao 22º Congresso do Andes-SN, em Terezina (PI), que votam na proposta de realização de uma greve nacional contra a reforma da Previdência no segundo semestre.

Em junho, a Adunesp publica seu ***Caderno*** nº 3, dedicado a avaliar as primeiras propostas do governo Lula para a Previdência: fim da aposentadoria integral, cobrança dos inativos, criação dos fundos privados, entre outras.

No dia 8 de julho de 2003, os servidores públicos federais iniciam o primeiro e mais importante movimento de oposição pública ao governo Lula. Em todo o país, mais de 400 mil trabalhadores – metade da categoria – cruzam os braços, em protesto contra a tentativa do governo de reformar a Previdência.

São realizadas, em poucas semanas, três grandes marchas a Brasília. No dia 6 de agosto, estima-se que mais de 80 mil tenham protestado na capital federal. Em vários estados, o movimento conta com a participação do funcionalismo local. Em São Paulo, por exemplo, as universidades estaduais aderem a partir de 11 de agosto. Na Unesp, várias unidades param integralmente.

Em setembro, nos dias 5 a 7, o IV Congresso da Adunesp, realizado em Bauru, avalia os primeiros oito meses do governo Lula. "Há demonstrações claras de que a política implementada está alinhada aos princípios do neoliberalismo e do denominado Consenso de Washington II. Trata-se de um governo que assume características anti-populares, marcado pelo fisiologismo e pela sustentação de relações dependentes com os banqueiros internacionais, abandona a sua trajetória de oposição, construída ao longo da história política do Brasil", diz o documento aprovado ao final do Congresso.

O descontentamento com a postura da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que boicota a mobilização do funcionalismo, em velado apoio ao governo, começa a ganhar corpo. Nos anos seguintes, expressivos setores do movimento sindical romperiam com a Central e fundariam a Confederação Nacional de Lutas (Conlutas).

A reforma universitária e a Unesp

Ainda antes de conhecer os resultados oficiais das eleições presidenciais de 2002, o favorito Lula já havia assinado uma carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no qual comprometia-se a manter nas alturas o superávit primário e a colocar em prática as reformas constitucionais que FHC fora incapaz de concluir. Além da previdenciária, são consideradas prioritárias as reformas sindical/trabalhista e universitária.

No caso desta última, frente às críticas generalizadas, o governo opta por fragmentar a aplicação das principais medidas. É o caso do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), Lei de Incentivos à Inovação Científica e Tecnológica, Programa Universidade para Todos (ProUni) e Lei das Parcerias Público-Privadas (PPP's).

Frustrando 53 milhões de eleitores, o governo do ex-líder operário volta-se para os banqueiros e grandes empresários.

Em seu documento "*Agenda para a Educação Superior: uma proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje*", divulgado em 2005, o Andes avalia que "a reforma universitária está centrada em mudanças gerenciais, na redução do financiamento público, no estabelecimento de parcerias público-privadas em políticas de pseudo-garantias de acesso dos pobres à universidade".

Para o Andes, o eixo central é o aligeiramento dos estudos, visando ao afastamento cada vez maior dos conteúdos curriculares das atuais fronteiras da ciência e da tecnologia, para assegurar nossa inserção no mundo capitalista globalizado permanentemente como nação periférica, exportadora de recursos naturais, produtos agrícolas e mão-de-obra barata, e eternamente dependente da importação de tecnologia. Nessa ótica, as universidades devem se associar às empresas e aos setores empresariais, e os docentes devem ser meros empreendedores, configurando a mercantilização do conhecimento.

A criação do ProUni foi e continua sendo um dos pontos centrais na reforma universitária de Lula. Em vez de criar vagas públicas de qualidade, de forma a atender a demanda da juventude do país, a saída encontrada é o oferecimento de gordas vantagens às universidades privadas, como a isenção de impostos e o perdão de dívidas passadas, em troca da concessão de bolsas de estudo a alunos carentes.

A meta contida no Plano Nacional de Educação (PNE) e incorporada ao programa do PT é garantir que, até final de 2010, ao menos 30% dos jovens de 18 a 24 anos estejam na educação superior. Em 2002, esse índice era de 9,8%, segundo o IBGE. No entanto, outra meta do PNE, também incorporada ao programa petista, prevê que 40% destas vagas sejam públicas. Aí, entra o "jeitinho" palaciano: a saída encontrada é utilizar nesta conta as vagas criadas pelo ProUni, considerando-as "públicas-não estatais", os cursos rápidos de dois anos e o ensino à distância.

8/4/2003: Plenária ampliada da Adunesp em Bauru debate a reforma da Previdência e a reação da categoria

15/3/2005: Adunesp promove debate sobre reforma universitária e política de cotas em Marília

A Unesp, o ensino à distância e o empreendedorismo

Os primeiros passos da reforma universitária em São Paulo têm as universidades estaduais e o Centro Paula Souza como palco. No caso deste último, de acordo com informações do Sinteps (o sindicato dos docentes e trabalhadores do Centro), em 2002 havia 100 escolas técnicas (ETE's) e faculdades de tecnologia (Fatec's) no estado. Sob a batuta de Alckmin, esse número passa para 167, no início de 2007, sem que haja um aporte de verbas significativo para tamanha expansão. "A maior parte das novas unidades funciona precariamente, sem recursos humanos e materiais adequados", denuncia a presidente do Sinteps, Neusa Santana Alves, lembrando que, para 2008, a perspectiva de Serra é chegar a 200 unidades.

Entre as universidades, como mostra matéria nas páginas 9 a 13, a Unesp assume a linha de frente da expansão, sob as rédeas da gestão Trindade, que criou sete novos *campi* e vários cursos nas unidades tradicionais, igualmente sem os recursos necessários.

Atualmente, a expansão apresenta novos formatos na Universidade, agora sob o comando da gestão Macari. No final de 2006, a administração da Unesp coloca em marcha um processo de aprovação de iniciativas extremamente discutíveis, como é o caso do ensino à distância e do empreendedorismo. Preocupada com o debate, a Adunesp procura intervir em todas as instâncias em que o assunto está em pauta, como as reuniões do CO, e publica uma nova edição especial do jornal da entidade, em dezembro/2006.

A introdução do ensino à distância (EaD) na Unesp – envolvendo cursos de graduação, pós-graduação, especialização, temáticos, atualização e extensão – é aprovada na reunião do Conselho Universitário de 26/10/06. O representante da Adunesp, Milton Vieira do Prado Júnior, e do Sintunesp, Luiz Carlos de Freitas Melo, ambos com direito a voz, mas sem direito a voto na reunião, criticam a proposta. O reitor Marcos Macari, por sua vez, chega a justificar a aprovação com o argumento de que é preciso "testar", "fazer a experiência". Tal qual um sabonete, um carro, um molho de tomate...

Ao aprovar uma medida de tamanha envergadura sem qualquer debate mais sério a respeito, a Unesp novamente submete-se às regras que sopram do mercado de forma absolutamente acrítica. Muitas perguntas pairam no ar.

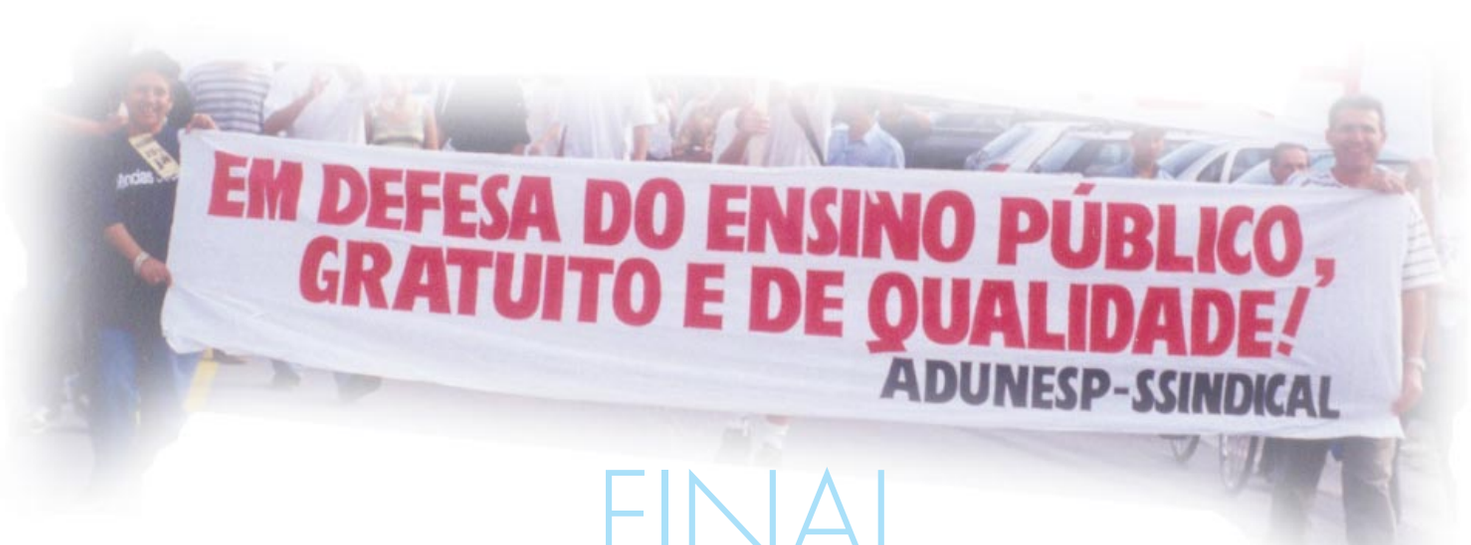
Encontro promovido pela Conlutas, em SP, no dia 25/3/2007: uma alternativa de direção para as lutas dos trabalhadores diante da cooptação da CUT. No destaque, o professor José Vitório Zago fala pela direção do Andes

Quais impactos pedagógicos um curso à distância terá no processo ensino-aprendizagem? A Universidade desenvolveu um arcabouço pedagógico para tais cursos? Que tipo de profissional será formado? Quanto custará a implantação deste programa? "Estas e outras questões deveriam ser objeto de reflexão por parte da intelectualidade unespiana antes de qualquer coisa", evidencia o professor Emanuel da Rocha Woiski, do campus de Ilha Solteira, membro da diretoria da Adunesp 2005-07 e ex-presidente na gestão 94-96. "Efetivamente, o EaD demanda investimentos teóricos, financeiros e tecnológicos elevados, caso se queira realmente pensar numa perspectiva inovadora crítica... exceto quando é uma farsa", completa o professor Milton.

Outra iniciativa polêmica da reitoria, também criticada pela Adunesp, é o convênio assinado com o SEBRAE, em outubro/06, visando a implantação da disciplina Empreendedorismo em todos os cursos de graduação da instituição. A justificativa do reitor Marcos Macari é a seguinte: "Há quatro milhões de jovens nos bancos das universidades. Como é que vai ter emprego para todo mundo? Não podemos deixar esses jovens irem para o mercado de trabalho com essa mentalidade" (*Portal Universia, 25/10/2006*). Para Macari, cabe à Universidade orientá-los sobre a realidade do mercado e incentivá-los a ser empreendedores.

Em sua edição de dezembro/06, o ***Adunesp Informa*** argumenta que a iniciativa beira a uma intervenção didático-pedagógica nos cursos e enfatiza: "Como o capitalismo continua sendo incapaz de atender a todos e, ao mesmo tempo, quer que todos estejam incluídos no grande mercado mundial, o indivíduo deve 'aprender a aprender' a viver nesta sociedade. Cabe a ele ser autônomo, buscar seu próprio caminho, desenvolver habilidades e competências que lhe apontem a alternativa ao desemprego. E se não der certo? Bem, todas as condições lhe foram dadas, mas ele foi incapaz de aproveitá-las. Será dele o peso do fracasso... e não do capitalismo em crise. Teremos uma geração de deprimidos? Ou será que o reitor Macari acredita que, destes quatro milhões, algumas centenas de milhares encontrarão na via do negócio próprio a solução para o desemprego?"

Para o professor João da Costa Chaves Júnior, de Assis, "estas ações fragmentadas impulsionadas pela reitoria refletem uma concepção mercantilista de universidade e apontam o caminho das saídas individuais".



FINAL

Do individualismo à construção do coletivo, a perspectiva é o caminho da luta

Os desafios que se apresentam à entidade dos docentes têm raízes em sua história

A origem e organização da Adunesp estão diretamente ligadas à própria história da Unesp. Como mostrou em detalhes a revista dos 20 anos da Adunesp, em 1996, a Associação é fundada quase que concomitantemente ao nascimento da Universidade, por sua vez organizada a partir dos institutos isolados existentes no interior do estado de São Paulo. Assim, por bom tempo, tanto a Unesp como a Associação se caracterizam por uma organização federativa.

Havia a diretoria que centralizava as ações (Adunesp Central) e as regionais, organizadas em cada campus da Unesp. Composta por regionais e Adunesp Central, a plenária era a principal instância utilizada pelo movimento para organizar a luta. O Congresso, instância máxima de deliberação, só ocorreu uma vez nessa primeira fase da Adunesp (em 1987, no campus de São José do Rio Preto).

Somente com a transformação da Adunesp em Seção Sindical do Andes-SN, através de plebiscito realizado em todas as regionais, em 1991, é que ocorre uma transformação na organização sindical dos docentes da Unesp. "Embora isso não signifique uma grande mudança em termos de estruturação, mudou a concepção sindical, trazendo ganhos políticos na organização e na luta", avalia a professora Sueli Guadelupe de Lima Mendonça. Para ela, a mudança central foi combater a forte idéia de federalismo, muito presente na Adunesp, e substituí-la pela concepção de um sindicato único em nível nacional, logo também único em nível de Adunesp. "Sindicato não é somatória de posições, mas a construção política de um projeto coletivo dos trabalhadores que representa", frisa.

A transformação da Adunesp em seção do Andes leva à uma nova concepção sindical, na contramão do federalismo que marcara a entidade no início.

Caravana 'Rolidei'

As primeiras seis gestões à frente da Adunesp, por cerca de 12 anos, foram marcadas pela estrutura precária. Em depoimento à revista Adunesp/20 anos, o primeiro presidente da entidade, Ulysses Telles Guariba Neto, lembrava: "A sede acaba sendo o campus do presidente em exercício". Nilo Odália, o segundo a presidila, comentava: "Púnhamos dinheiro do bolso, porque não havia recursos."

As coisas começaram a mudar a partir da primeira gestão da professora Lúcia Lodi, de 1988 a 1990, com a fixação de uma sede em São Paulo. Mas a mudança efetiva deu-se a partir da implantação da mensalidade de 1% (0,5% para a Central e 0,5% para a subseção) e da regularização do re-

Jornais e revistas da Adunesp: conquista da categoria

passe das regionais, conquistada com a realização do II Congresso da Adunesp, em Jaboticabal, em 1994.

Osvaldo Gradella Júnior, do campus de Bauru, ingressou na direção da entidade no período em que esta começava a se consolidar estruturalmente, na gestão 1994-96. Ele se diverte ao lembrar da campanha eleitoral que antecedeu aquele pleito, apelidando de "Caravana Rolidei" o grupo que percorreu com ele a Universidade para divulgar a chapa (Emanuel Rocha Woiski, Sueli Guadelupe de Lima Mendonça e Augusto Tsutyia), em referência ao filme 'Bye, bye, Brasil', de Cacá Diegues, de 1979.

"A decisão do Congresso de Jaboticabal foi histórica, pois permitiu a consolidação da Adunesp dos pontos de vista organizativo, político e administrativo", avalia o professor Osvaldo. A partir dali, a entidade foi se estruturando progressivamente: realizou cinco congressos (São José do Rio Preto/1987, Jaboticabal/1994, Ilha Solteira/2001, Bauru/2003 e Assis/2005, sendo o sexto marcado para Marília, de 6 a 9 de setembro/2007), organizou sua secretaria, contratou assessorias jurídica, contábil e de comunicação, passou a elaborar jornais e revistas, estabeleceu plenárias regulares. "Saímos de uma organização precária e amadora para uma estrutura profissional, que possibilitou o avanço do sindicato", conclui o docente.

A organização local

Para a professora Sueli, o principal problema, hoje, é a ausência de novas lideranças sindicais. "Esse não é um imbróglio só da Adunesp, mas geral de todos os sindicatos, e tem levado a grandes dificuldades para a formação de diretorias locais e também da própria Adunesp."

Entre os professores que abraçaram ou ainda abraçam a direção das subseções, variam as avaliações, mas prevalece a dedicação à organização da categoria. José Carlos Miguel, atual presidente da subseção de Marília (gestão 2006-08), elogia o segmento docente do campus. Lembrando que a ampla maioria é filiada a Adunesp, ele comenta que, mesmo quando a freqüência nas assembléias deixa a desejar, "o conjunto do movimento sempre assume o que é decidido".

O professor Odeibler Santo Guidugli, membro da diretoria da subseção de Rio Claro por diversas vezes, considera que a história da Unesp, "densa e desafiadora", escrita com muito esforço, sempre deu lugar à existência, em cada unidade, de uma elite de luta. Contudo, ele ressalta que a busca da carreira "às carreiras" afasta um pouco os docentes das questões centrais para a instituição universitária, citando como exemplo a batalha travada todos os anos para não perder o poder aquisitivo dos salários. "Em nossa subseção, assim como na maioria das demais, temos um certo comodismo, em parte derivado de uma leitura que vê o sindicato apenas como um instrumento para alcançar reajustes"

Três momentos da Adunesp na última década: a luta na LDO em 1996 (alto), a greve de 2004 e a reação aos decretos de Serra, em 2007

Wilson Manzoli Júnior, presidente da subseção da Adunesp em Ilha Solteira em três oportunidades, e João Diniz, atual presidente, destacam problemas semelhantes aos descritos pelo colega de Rio Claro. Embora a infra-estrutura seja considerada muito boa, há problemas com relação à organização sindical. "Nossa tarefa é convencer os docentes da importância do sindicato", diz Manzoli. Os dois dirigentes lembram que os professores do campus já protagonizaram momentos de luta memoráveis, como em 2004, quando deram o pontapé inicial na maior greve já vivida pelas estaduais paulistas.

Para Sueli, a lógica produtivista e individualista, semeada fortemente pela ideologia neoliberal, está por trás dos problemas vivenciados nas subseções e na Adunesp como um todo, criando barreiras para a formação de novos dirigentes. Por outro lado, ela lembra que a reforma da Previdência significou a perda de muitos docentes militantes sindicais, agravada pela política de não contratação da reitoria. "Essa questão se concretiza na redução da participação das subseções nas plenárias e dos docentes nas assembléias", considera. Segundo dados apurados pela Adunesp – e confirmados pela própria reitoria da Universidade – a Unesp precisaria contratar, atualmente, cerca de 400 docentes, quadro que pode se agravar com a possível aposentadoria de 700 nos próximos anos.

"Esses problemas nos levam a pensar se a atual estrutura da Adunesp corresponde às reais necessidades do movimento docente", reflete a docente. Ela assinala que, há algum tempo, circula nos debates do Sindicato a idéia de um novo formato para a Adunesp, com um diretor em cada campus e não mais uma subseção.

Gilberto de Magalhães Bento Gonçalves, presidente da subseção de Bauru de 2003 a 2005, vê que algumas direções locais atuam, no cotidiano, quase independentemente e, muitas vezes, de forma espontânea. "Talvez fosse interessante a organização ser feita por delega-

dos sindicais nos *campi,* e a centralização ocorrendo na Adunesp", defende.

O professor Sérgio Augusto Zanoto, presidente da subseção de Assis por dois mandatos, tem proposta parecida. Ele sugere que as diretorias locais passem por um enxugamento, ou seja, diminua o número de componentes de seis para dois, por exemplo. "Do meu ponto de vista e experiência na direção local, uma secretária eficiente e dois professores são suficientes para as necessidades organizativas do dia-a-dia, já que as decisões mais importantes são tomadas em assembléias."

"Precisamos aprofundar essa questão com cuidado, mas pode ser uma nova etapa para o Sindicato", pondera a professora Sueli.

No caminho da luta

No âmbito geral da Adunesp, todos os entrevistados citados nesta reportagem destacam a necessidade de manter o trabalho político construído ao longo da trajetória histórica da entidade. Para eles, não há dúvida de que a Adunesp é uma entidade que desfruta de respeito e credibilidade tanto de sua base, como de seus opositores, interna e externamente. "Tal fato nos dá uma responsabilidade maior ainda, pois a conjuntura política não dá trégua e o aumento do trabalho na Universidade tem dificultado a mobilização. Mas o desafio é resistir agora, para poder avançar mais à frente", conclui Sueli.

O professor Osvaldo assinala que a construção da Coordenação Nacional de Lutas, a Conlutas, em contraposição à cooptação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) pelo governo, é um caminho de organização para o conjunto dos trabalhadores brasileiros, aí inseridos os docentes universitários. Ele considera que a Adunesp demonstrou clareza política ao defender e, finalmente, aprovar em suas instâncias o rompimento com a CUT e a construção da Conlutas.

"A luta não termina – diz o professor – "só nos apresenta novos desafios, alguns travestidos de modernos, outros, reprodução da estrutura autoritária e excludente inerente ao modo de produção capitalista. Cabe-nos ter clareza na compreensão desses momentos e fazer os enfrentamentos necessários! A luta continua! Sempre..."

"Estar à frente da Adunesp..."

"A experiência de participar das diretorias da Adunesp, como um sindicato vinculado aos servidores públicos da Unesp, tem sido importante para mim, no sentido do crescimento pessoal e, também, do sentimento de estar cumprindo um papel significativo na luta pela construção de uma universidade pública e de uma sociedade que realmente atendam os anseios da população brasileira."

*(**Emanuel Rocha Woiski**, do campus de Ilha Solteira, presidente da Adunesp em 1994-96. **Diretoria**: Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, Osvaldo Gradella Junior, Vera Lúcia S. Silva, Augusto Massayuki Tsutiya e Antônio Luís de Andrade.)*

"Participar da Adunesp é uma experiência ímpar e que nos dá uma visão da universidade, das forças vivas do trabalho, das lutas e processos sociais que não podem ser expressos ou encontrados completamente em livros. Trata-se da experiência viva, do processo real e contraditório da existência humana, das lutas e dos conflitos sociais e culturais da humanidade. São esses elementos todos que formam e forjam os homens no fazer história."

*(**Antônio Luís de Andrade**, do campus de Presidente Prudente, presidente da Adunesp em 1996-98 e 2001-03. **Diretoria 96/98**: Emanuel Rocha Woiski, Sônia Irene Silva do Carmo, Nelson Silva Filho, Vandeí Pinto da Silva e Danilo da Cás. **Diretoria 2001-03**: Maria Abádia da Silva, Ana Maria Ramos Estêvão, Marcelo Batista Hott, Alonso Bezerra de Carvalho e Rubens Pereira dos Santos.)*

"Estar à frente de um sindicato como a Adunesp, em tempos de neoliberalismo produtivista, é uma experiência riquíssima, que me fez entender melhor o papel do professor universitário, aprofundou laços de amizade, camaradagem e colaboração com colegas e funcionários de vários campi e de outras IES. Orgulho-me de ter pertencido à direção desta entidade, à qual estou filiada até hoje, mesmo aposentada da Unesp e atuando em outra universidade."

*(**Tânia Celestino de Macêdo**, professora aposentada da Unesp, do campus de Assis, presidente da Adunesp em 1998-2000. **Diretoria**: Antônio Luís de Andrade, Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, Dib Gebara, Loriza Lacerda de Almeida e Martha dos Reis.)*

"Pessoalmente, avalio que é um desafio ser presidente da Adunesp, porém, recompensador. Sinto-me, hoje, preparado para debater a universidade pública, em especial a Unesp, dentro de uma perspectiva geral, integrada. No coletivo, a participação permitiu-me contribuir para que a nossa entidade continue sendo um referencial dentro dos campi da Unesp e entre as entidades do Fórum das Seis, na defesa da Universidade e nas lutas pelos nossos ideais".

*(**Milton Vieira do Prado Júnior**, do campus de Bauru, presidente da Adunesp em 2003-05 e 2005-07. **Diretoria 2003-05**: Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, Rubens Pereira dos Santos, Maria Aparecida Segatto Muranaka, Osvaldo Gradella Júnior e Marcelo Batista Hott. **Diretoria 2005-07**: Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, João da Costa Chaves Junior, Maria Aparecida Segatto Muranaka, Emanuel Rocha Woiski e Carlos Alberto Anaruma.)*